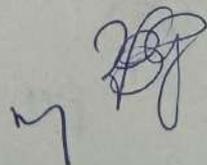


ATA DA AUDIENCIA PÚBLICA DO CONSELHO DE
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE RANCHO QUEIMADO.

Presidente: Mecler Maria Kayser

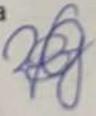
Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se na sala da Câmara de Vereadores na sede da Prefeitura, na Praça Leonardo Sell número quarenta, às dezoito horas e trinta minutos em primeira chamada e às dezenove horas em segunda chamada, onde iniciou a audiência pública para tratar das seguintes pautas: Ampliação/Alteração do zoneamento área urbana sede, urbana número e interesse turístico da Boa Vista; Aumento do limite de desmembramento de lotes de cinco para dez lotes em áreas que possuam rua pavimentada, iluminação e água da concessionária; Aprovação tabela de uso de solo da área industrial; Alteração declividade de vias de dez a quatorze por cento para vinte a vinte e cinco por cento e Índice da área de uso comum nos condomínios. Abrindo os trabalhos a Presidente Mecler Maria Kayser deu as boas-vindas aos presentes e iniciou a fala chamando o servidor e membro suplente do conselho de desenvolvimento integrado Isaac Weber Pitz para explicar a parte técnica das alterações. A presidente comentou como é bom ver a casa cheia para tratar de alguns assuntos muito importantes para o nosso município. Comentou também que a prefeita esteve presente, cumprimentou o público, mas ela se ausentou da audiência pela questão de imparcialidade. As demandas apresentadas já passaram pela reunião do Conselho, foram aprovados pelos conselheiros e hoje estão aqui para aprovação ou não da comunidade. Após informou que todos os assuntos a serem tratados foram colocados no edital de convocação e se tiver algum assunto fora isso, não será apreciado. Em seguida explicou a dinâmica da audiência. Será explicado cada item e se alguém quiser se manifestar falará no microfone para ficar registrado para depois se fazer a Ata. Colocou que esse ano não haverá mais alterações no Plano Diretor, como é um ano eleitoral. Solicitou a secretaria Vanúcia ajuda para contar os votos e registrar. O primeiro pedido é uma alteração do zoneamento **Processo 189/2023 Retirada da área de uso limitado na sede**, pedido de Aldemar e Marina Administradora de Bens. Após a fala da presidente o técnico Isaac, explicou o que são áreas limitadas e que a área em questão perdeu sua característica lá em 2008. A área é no trevo de acesso de Rancho Queimado. Antes essa área não podia ser parcelada não podia ser desmembrada e nesse caso ela passa a ser possível de desmembramento. Antes de passar a palavra para o público a presidente reforçou que todas as alterações apresentadas passaram por estudo técnico e orientação jurídica dentro da Lei. Em seguida o senhor Israel pediu a palavra e colocou que trabalha na área ambiental a vinte anos e reafirma que conforme a presidente colocou a lei permite esta alteração e o código Florestal é uma lei muito restritiva e mesmo com a alteração toda área de APP será preservada. Edneia Bruggemann pergunta se não é área que tem a fonte de água da Pureza não. Sobrinho/neto de seu Ademar Sell explica que eles já fizeram a divisão dos terrenos e a parte da nascente ficara para a Holding. Passando para a votação, foi aprovado por unanimidade. O segundo pedido **Processo 211/2023 Ampliação Zoneamento de Interesse Turístico da Boa Vista** solicitação de Ademar Rodrigues Meireles. Foi reforçado que mais alguns pedidos de alteração desta área surgiram no setor de engenharia desde a última alteração do Plano Diretor, de

peessoas querendo investir. A presidente colocou que temos que respeitar as leis, como falamos nas reuniões do conselho, proporcionar crescimento do município, mas de forma ordenada para que continue sendo essa cidade agradável, segura e sossegada. Desta forma o conselho entendeu que não tem problema e de qualquer forma quem quiser empreender vai ter que ter uma viabilidade e posteriormente aprovações, então o conselho aprovou essa ampliação. Isaac explicou de acordo com as cores do mapa apresentado, hoje temos um espaço entre as áreas turísticas já existentes que podem ser ampliadas por terem as mesmas características. Serão poucas as alterações. Ela continua parcelamento de dois hectares e os recuos. Eles caem para quatro metros enquanto no Rural é dez. Então se tem uma área turística, quer construir algo em cima, algum empreendimento, coisas a mais, precisa de mais espaço para construir, então essa que a principal diferença, mas vai continuar com as mesmas regras do parcelamento de solo. Não vai ter lotes, não vai ter Condomínio, não é esse o objetivo, serão apenas equipamentos turísticos ao longo da rodovia. Foi questionado se a área será comercial? Essa é a intenção futura? Isaac responde essa é a intenção de turismo, seria área comercial, restaurante, uma pousada, hotel, mirante. Isaac explica novamente a localização ao público. Kety explica que a audiência pública é o lugar de todos participarem depois da pergunta do senhor Solano que fez questionamentos como não falou no microfone ficou ruim de detalhar a pergunta. Isaac explica também que, quem tem atividade rural nessa área não muda nada, permanece tudo igual. Pergunta da Carolina Bruggemann, ali do trecho até o portal qual é a extensão dessa faixa da BR Isaac responde são quinhentos metros. Mais alguém quer falar alguma coisa? Senhor Meireles pediu a palavra e falou que na verdade não é só um proprietário requerendo essa mudança. O Sr. Edson Veronezi, também presente tem interesse. Esse tema já vem sendo discutido no desenvolvimento desde o início das obras do Mirante, essa proposição que o município está abrangendo, outros proprietários também tem interesse, é interesse do município, pois vai desenvolver a área turística, o mirante já vai ancorar muito essa questão, mas vai trazer mais dinheiro, mais empregos para cidade, é muito positiva essa proposta, vai dar ordenamento na cidade. Isaac explica que continua o uso conforme a apresentação. Um dos proprietários do local questionou que ele não foi consultado sobre esta alteração. A presidente explicou que o Conselho não tem como sair por aí perguntando quem concorda, que para isso existem as audiências públicas aberta a todos. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Após foi para votação o **Processo 242/2023 Ampliação de área urbana visando contemplar imóvel adjacente**, pedido de Sara Maria Elias da Silveira. O imóvel da mesma esta metade no zoneamento urbano e metade no rural, impedindo assim sua regularização. Após explicação técnica colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Após foi apresentado o **Processo 255/2023 - Aprovação da tabela de parâmetros de uso de solo da área industrial**, pedido do Sr. Arael Kunnen. Isaac explicou que quando foi feita a revisão do Plano Diretor em 2021 a área industrial na época era no Morro Chato e acabou sendo mudado para outro local e ficou sem a tabela de parâmetros. Ela passou para a região descendo em direção a Anitápolis aonde já temos a madeireira do Arael. Este local foi indicado através de estudos técnicos na época. O senhor Marcos perguntou se a área industrial criada é municipal e como fica a indústria dele que Bromel que tem 38 anos de fundação. A presidente respondeu que a área



privada. Quem quiser investir tem que comprar um imóvel e passar por todas as aprovações. Não existe área da prefeitura e sim indicação da área no zoneamento do município. E a questão da empresa dele, depende da ação do MP que está em andamento a vários anos para a desocupação da área onde está instalada e não compete ao Conselho essa regularização. A senhora Ana Bauer pergunta então o Morro Chato não é mais área industrial? A presidente responde que depois da revisão do plano diretor uma das demandas da comunidade na época foi tirar a área industrial do Morro Chato e foi acatado. Você participou de uma oficina na igreja e essa foi solicitação da comunidade. Tabela aprovada por unanimidade. Em seguida foi colocada em discussão o **Processo 256/2023 Alteração declividade de vias de 10 a 14% para 20 a 25%**. Solicitação de Maria Ângela Bun Kirchner e mais algumas outras pessoas no setor de engenharia. Isaac explicou que quem conhece o município sabe que é um lugar acidentado, com algumas áreas de maior planície, mas o Centro e mais acidentado e tem recebido pedidos de pedidos de loteamento. Esses loteamentos muitas vezes não conseguem ser feitos pelo relevo. Com a atual porcentagem de declividades de dez a quatorze por cento de acordo com a topografia, grande parte desses terrenos tem que cavar gerando grandes remoções de terra. Desta forma estão solicitando considerando a geografia do município, mudança nos índices. Outros municípios que tem relevo semelhante que já possuem legislação nesse sentido de máxima de vinte por cento e em trechos um pouco mais fortes com acentuamento de relevo passar a vinte e cinco por cento aonde pode ser uma rampa de cem metros. Com esta mudança em dez metros de declividade subimos um metro nesse caso vamos vou subir dois. Não que vá ser o local todo com vinte por cento, mas existe a possibilidade de ser também. Senhor Sergio pergunta se Isaac teria como dar um comparativo digamos daquela pavimentação rígida do Rio dos Quatis ou aqui no Rio Knaul é quantos por centos pra eu ter uma ideia. Kety responde que ali é via pública, não cabe essa norma. Isaac reforça que geralmente as vias que o município pavimentou estão com declividade mais acentuada. Exemplo seria a subida da rua de cima. Que loteamento tem que pavimentar as ruas, fazer drenagem, enfim toda a estrutura para aprovação. Em votação um munícipe foi contra os demais a favor da mudança da declividade. Após foi colocado em pauta a **Alteração do índice da área de uso comum nos condomínios**. A presidente comentou que na revisão do Plano Diretor foram feitas todas as alterações para regularizar os condomínios dentro das leis ambientais. Após vários condomínios vieram com a demanda de alteração do índice para viabilizar os empreendimentos. A presidente reforçou que a pauta e sobre condomínios e não loteamentos. Isaac explica que pela lei Federal número 6766 todo parcelamento do solo deve destinar trinta e cinco por cento da sua área para equipamentos públicos e área verde. Na lei atual, além dos trinta e cinco por cento para área público, tem que destinar mais trinta e cinco por cento para áreas comuns, índice que inviabiliza o potencial de empreendimento dos condomínios. A proposta é diminuir o índice de área comum para dez por cento, deixando assim cinquenta e cinco por cento de área para lotes. O arruamento fica dentro do índice de trinta e cinco por cento de área pública, por ser o condomínio fechado. Cidadão Ricardo pergunta porque o condomínio tem que doar área pública. Pode ter um público que não queira este uso e por isso poderia fazer mais lotes. Isaac responde que existe uma legislação que fala sobre a necessidade de ter área comum interna. O condomínio se configura

m

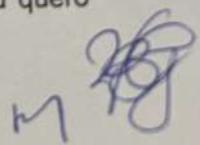


por áreas internas de usos comum, além do arruamento. Pastor Sergio coloca que é um cálculo que se faz e temos que pensar no futuro, que pode ser inverso porque a qualidade cai então vamos pensar bem antes de aprovar e o que estamos fazendo. Mesmo quem está fundando um novo condomínio porque quanto mais gente, mais barulho, menos áreas de lazer menos qualidade de vida, menos verde, menos pássaros, só pra vocês pensarem e saberem. Hoje parece que é negócio, mas a longo prazo de repente esse condomínio vai ser prejudicado em vista da qualidade que ele deixa de proporcionar. Isaac, responde que a possibilidade que o município está abrindo, não é que o empreendimento vai ter que deixar dez por. Fica a cargo do empreendedor se quer fazer com dez ou com trinta se vai querer ter lote mais afastado ou não. Aí dependerá do empreendimento em questão. Esses são os parâmetros mínimos pastor aí o empreendedor pode optar por deixar mais, inclusive hoje se ele quiser deixar mais do que já está ali ele pode deixar. Parcelamento pela lei é dois hectares fora isso não existe parcelamento na área rural. Hoje os condomínios Rurais são todos urbanos. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. A presidente apresenta a pauta seguinte que veio pela câmara de vereadores, **Aumento do limite de desmembramento de lotes de cinco para dez lotes.** Isaac explica que hoje o município de Rancho Queimado permite desmembramento de área urbana de cinco lote a cada cinco anos. O Conselho recebeu uma demanda dos vereadores querendo aumentar esse número para quinze. Houve algumas discussões nas reuniões do conselho, sobre qual numero chegar e como seria feito isso. Então a gente tem áreas urbanas consolidadas no município, essas possuem equipamentos tem calçamento, tem iluminação pública, tem água/esgoto, drenagem pluvial e coleta de lixo. Além da área urbana temos áreas de expansão urbana na Queimada Grande. Que está sendo buscado? Diferenciar essas áreas para essa questão de desmembramento. Essas áreas que já tem equipamentos elas conseguem receber mais casas, mais lotes, enquanto as outras ainda estão crescendo e tem menos prestação de serviços públicos. A proposta é mudar de cinco para dez lotes em área urbana que possuem rua pavimentada, iluminação pública e infraestrutura de água/esgoto. A presidente reforça que esse pedido inicial era de cinco para quinze lotes e o Conselho achou exagerado e após deliberação entrou em consenso por dez lotes. Isaac pontuou as áreas que hoje seriam contempladas: Centro e em Taquaras. Houve uma breve discussão sobre a questão água/esgoto e água. Davi coloca que nas reuniões de falou de infraestrutura completa. Isaac explica que o esgoto pode ser fossa, filtro e sumidouro e não apenas da concessionária CASAN. Conselheiro Davi fala só para ver se eu entendi. La no dia que a gente teve a reunião do conselho foi discutido sobre isso, muito discutido sobre isso né kety? Se for tirado alguma coisa da infraestrutura exigida aí nesse texto, vai abrir brechas para parcelamentos irregulares. Isaac responde que aí estaríamos ferindo uma lei federal e isso não se pode fazer. A lei de parcelamento do solo diz que quando se abre uma rua nova está se fazendo um loteamento. Hoje estamos falando de rua existente, e prontas, não é uma questão de rua nova só par você entender. Davi fala desculpa então eu entendi mal. Várias pessoas não usaram o microfone para falar. Carol colocou por respeito a essa questão de esgoto eu vejo assim, hoje no brasil a quantidade de população que não tem acesso a esgoto e uma coisa absurda, mais de cinquenta por cento. Então nós vamos imaginar que uma área de expansão urbana que a gente está planejando para o

M



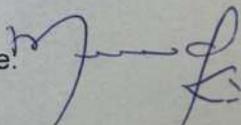
município, para a avançar o desenvolvimento eu acho importante ser colocado tipo não o esgoto público mais vai ter tratamento de esgoto e tem toda uma legislação com respeito tratamento de esgoto e afluentes. Isaac reforça que quando vem esse pedido de desmembramento a gente averigua todas essas questões e estruturas caso possua passa na análise caso não possua não passa pelo à aprovação. Ana Bauer questiona se isso aí pode acontecer no Morro Chato? Ali onde já tem área urbana? No caso ali nosso terreno, lajota é pavimentado? Kety sim, tem os equipamentos. Mais alguma colocação? Falaram fora do microfone não foi possível transcrever. Quando acontece as audiências, reuniões as vezes a gente chama e o povo não vem, olha a importância, a gente estava com um entendimento aqui que pode ficar com duplo entendimento e vocês juntos com o conselho com a participação de todos com a parte técnica vocês estão dando uma opinião bem importante. A pessoa tem o direito de expressar sua opinião. As questões passam pelo conselho, mas poderia chegar aqui e não serem aprovadas. Em votação foi aprovado por unanimidade. A seguir foi tratado sobre a **Alteração Zoneamento da expansão Urbana Condomínio Costa da Serra**. A presidente colocou que quando foi feita a alteração do Plano Diretor em dois mil e vinte e um, a proposta técnica era transformar todo condomínio em Urbano por uma questão de logística de mapa, mas na época não foi aceito e foi feito só uma metade. O condomínio ficou então com uma parte urbana e a outra está como expansão urbana. Agora o empreendedor solicitou que transforme todo ele em urbano. Que inclusive está aqui seu Antônio, se quiser falar por favor fique à vontade. O mesmo não quis fazer uso da palavra. Isaac mostra o mapa de como ficaria a nova área que pode expandir os investimentos na região da Invernadinha. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Isaac comenta no final que esse mapa é só um ilustrativo, mas só para vocês terem ideia e ciência de como está o zoneamento do município hoje. Detalhou todas as macrozonas. A presidente reforça que é para ilustrar que hoje cinquenta e quatro por cento da área do município é urbana. A presidente coloca que tem um último assunto que seria a retirada de representantes do legislativo do Conselho por orientação do TCE, que é conflito de interesses porque o legislativo já tem a função dele, inclusive tudo que é aprovado vai para a câmara de vereadores para ser aprovado por eles. Isso já aconteceu no Conselho de Educação e Comtur. A sugestão seria mais dois representantes da comunidade ou associação, mas que sejam participativos. Muitas vezes o Conselho tem que implorar para participarem. Isaac reforça a importância da participação popular. Roseli questionou quantos vereadores participam do Conselho. A presidente colocou que hoje temos vinte e quatro participantes no total e os representantes do legislativo são: Tiago Schutz, Antônio Roberto Griga e suplente Julia Hass e Maria Aparecida Abreu. A senhora Roseli Cassias questiona que em relação essa formação do conselho essas pessoas que estavam que são do Legislativo elas participaram dessas votações e quando foram eleitas ou já tinha essa prerrogativa de que não poderiam participar? Kety explica que essa demanda surgiu em meados do ano passado e depois foi consultado o jurídico. E agora vai ser alterado. A tua pergunta é se eles participarão dessas reuniões até a gente chegar aqui? A presidente responde que o vereador Tiago só não esteve na última e os demais faltaram, mas nesse momento eles ainda estão fazendo parte do conselho, eles só vão sair quando aprovar a nova lei. Roseli pergunta novamente, como eles estavam no conselho se supostamente, eu quero



saber quando surgiu essa indagação deles não fazerem parte a questão que não poderiam representantes públicos do legislativo. A Doutora Natalia responde, essa é uma orientação do tribunal de contas não é uma lei então o legislativo o dever dele é fiscalizar os conselhos como ele vai fiscalizar se eles estão fazendo parte votando? Mas não é ilegal se eles votarem não há ilegalidade naquela votação. Pastor Sérgio fala que havendo outras pessoas a ingressar no conselho se é por indicação ou como seriam indicadas novas pessoas? Kety explica para esclarecer como é a participação da comunidade quando é da sociedade civil é por indicação. Deu o exemplo do CTG pode indicar uma pessoa para participar do conselho dentre os seus sócios. Da comunidade o senhor lembra que foram feitas audiências como essa aqui para eleger os representantes de cada macrozona. Foi pedido para os conselheiros atuais levantar a mão para serem identificados. Alguém falou, mas não foi possível transcrever, Kety pergunta se mais alguém gostaria de se manifestar? Um cidadão perguntou quando acaba essa gestão do conselho municipal. A resposta foi em dois mil e vinte e cinco, a menos que alguém desista aí tem que indicar nomes de outras pessoas, sobre a divulgação das reuniões todas as audiências são divulgadas nas redes sociais, por edital, no DOU e pelas agentes de saúde. Infelizmente não temos como saber se todos ficam sabendo. Nada mais havendo a tratar eu secretario lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela senhora Presidente Mecler Maria Kayser.

Rancho Queimado em 26 de março de 2024.

Presidente:



Secretária:



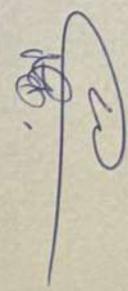
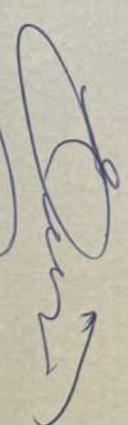
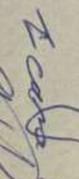
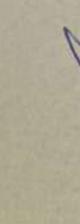
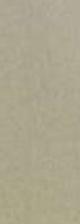


LISTA DE PRESENÇA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data: 26/03/2024 - 19h - Câmara de Vereadores

	NOME	CPF	LOCALIDADE	ASSINATURA
1	Meclet Mariae Koepfer	891.720.409-72	Sede	
2	Ana Christina S Bouda	080.838.559-92	Muro Chato	
3	YAGO BAUER	050.767.099-09	MORRO CHATO	
4	Modulini Joackim	088.344.722-13	Xaer	
5	VALY JNÉS WALTER FACCHINI	245.359.409-59	SCDE	
6	Adriane Schmit Nemes	033.583.369-13	Rio Bonito	
7	SPRANO SANCH	021.012.949.23	TORRONS	
8	Paulo Henriches LOPES	003.104.678-08	VALMEO	
9	Regelia Maria Sall Sviduca	399.810.509-15	R. Queimado	
10	Fabiana Maa Traigas	060.774.199-65	Rio Capivares	
11	Almael Nida	016.125.219.24	R. Sede	
12	Gele de Braco Induen	074.969.769-54	R. Sede	
13	Renata de Paula dos Santos	196.803.858-04	Rio Quatis	
14	LUIZ NATHARENO DOS SANTOS	145.040.738-00	Rio Quatis	
15	Norma B.C. Samirane	418.567.829-91	Costo	
16	Jolana T. R. Bottem	48.998.625.996	Costo	
17	Alex Branca	093.700.939-31	COSTO	
18	Marcos R. Berg	916.083.098-97	CENITR	
19	AYRTON OLIVEIRA FILHO	520438829-00	CENITR	
20	Rafael dos Santos	656.681.235-68	R. Quimado	
21	Artemi C. Silva	344.334.675-68	F. Queimado	
22	ZENILDA W. SILVEIRA.	454.423.809-91	INVERNADILHA	

23	Isomata w. Breuning	39916898987	SEDE	BR
24	Sonia Louisa Gleis	10928911909	Sede	BR
25	SEIZIG GESSNER	278726308-06	Mens chets	BR
26	Julian A. Teves	05959039939	SEDE	BR
27	Maria opobur	996441898	sede	Thomaz de
28	NARA SA SELL	052516315-01	R. Grande	NS/Sole
29	Edineia R. B. Bruggemann	407411829-04	Sede	BR
30	ISRAEL MOREIRA	93241259900	Polis	BR
31	José Carlos Waldner	00752938975	R. Duvernois	BR
32	Samuel Waldner	09499168924	R. Duvernois	BR
33	DAVI BOSTRINA	0482880904	Raurivans	BR
34	TIANA SCHITT	05057229996	TORRONS	BR
35	ARZOO KARR	44422222900	TORRONS	BR
36	Luiz T. Teixeira	1.252.252	Rimundal	BR
37	Mattias Freymuth	10473232992	BOA VISTA	BR
38	Eckhard Kerschagl	946.939.009.73	BOA VISTA	BR
39	Edo Seidel Jido	65668600963	BOA VISTA	BR
40	Ever Lager	02472119931	Centro	BR
41	W. Vian Mainz Larvai	0344461982	Centro	BR
42	Tiago Elkann	060998189-79	TORRONS	BR
43	Silviane H. Schiller	042.149.779-39	Sede	BR
44	Jardel Hass	047.868.748-84	Sede	BR
45	Walter Seel	048.999150132	Sede	BR
46	Ronald Seel	048.999489762	Sede	BR
47	Alvares Boadecati		Sede	BR
48	ALVARO NEMES	48998221404	BOA VISTA	BR

NOME	CPF	LOCALIDADE	ASSINATURA
André Mendel	016 989 039 00	B. Vista	
Edson de Rodrigues	869 925 220 15	B. Vista	
Wallace N. Lef.	004 963 915 42	Pello Ce	
ERICH Balem	004.759.190.08	MORRO CHATO	
Sara Suelly	024.601.579.02	Rio dos Ats	
Sabrina Freitas	08658421910	centro	
Vonucis B. Galliboni	808.309.60082	Atop Rio Antas	
Icaro Elias de Silveira	147.968.659-00	Centro	
Allior Hygen	613 388 859 51	R. Juvêncio	
João Vitor	31 510630930	R. Juvenete	
Cassiane Brügemann	05559579-58	Atop Rio dos Antas	

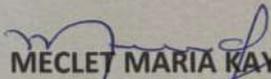
ICARO ELIAS SILVEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A presidente do Conselho de Desenvolvimento Integrado de Rancho Queimado, no uso das suas atribuições, **CONVOCA** a comunidade para participar de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no dia **26/03/2024**, terça-feira, com início às 19 horas (dezenove horas), tendo como local o Auditório da Câmara de Vereadores – Praça Leonardo Sell, 40 – Centro – Rancho Queimado – SC, para deliberar sobre as seguintes alterações no Plano Diretor:

- Alteração do zoneamento de **Expansão Urbana** para **Urbana** do condomínio Costa da Serra;
- Ampliação do zoneamento **Urbano** sede;
- Ampliação do zoneamento de Interesse Turístico da Boa Vista;
- Aumento do limite de desmembramento de lotes de 5 para 10 em áreas que possuam rua pavimentada, iluminação, água da concessionária/esgoto;
- Retirada da área de uso limitado na sede;
- Aprovação tabela de uso de solo da área industrial;
- Alteração declividade vias de 10 a 14% para 20 a 25%;
- Alteração do índice da área de uso comum nos condomínios;
- Redefinição dos participantes do CDI.

Rancho Queimado, 07 de março de 2024.


MECLET MARIA KAYSER

Presidente do Conselho de Desenvolvimento